

O IMPÉRIO UNIVERSAL DE DANTE ALIGHIERI (1265-1321): A POLÍTICA EM *DE MONARCHIA* E *DIVINA COMÉDIA* A UNIVERSAL EMPIRE OF DANTE ALIGHIERI (1265- 1321): THE POLITICS IN *DE MONARCHIA* AND *DIVINE COMEDY*

Ricardo Marques de Jesus⁵⁸

Artigo recebido em 12 de novembro de 2022

Artigo aceito em 16 de dezembro de 2022

Resumo:

Neste artigo analisaremos a noção política do poeta Dante Alighieri, destacando o seu ideal de Império Cristão como regedor da Cristandade através de dois de seus escritos, o tratado político *De Monarchia* e o poema considerado sua *magnus opus*, *Divina Comédia*. Para além disso, este trabalho estabelece a conexão destas obras com a vida do poeta.

Palavras-chave: Dante Alighieri, *De Monarchia*, *Divina Comédia*, Política Medieval.

Abstract:

In this article we will analyze the political notion of the poet Dante Alighieri, highlighting his ideal of the Christian Empire as the ruler of Christianity through two of his writings, the political treatise *De Monarchia* and the poem considered his *magnus opus*, *Divina Comedia*. Furthermore, this work establishes the connection of these works with the poet's life.

Key Words: Dante Alighieri, *De Monarchia*, *Divine Comedy*, Medieval Politics.

Introdução

O presente trabalho visa discutir a perspectiva política do poeta florentino Dante Alighieri (1265-1321), entendendo que o mesmo defendia uma forma de governo específica para a Cristandade, regida

⁵⁸ Mestrando em História pela Universidade Estadual do Maranhão (PPG/HIST-UEMA), membro do Brathair (Grupo de Estudos Celtas e Germânicos), bolsista do programa de Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) sob a orientação da Prof. Dra. Adriana Zierer. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2744-3779>. Email: rikardouema@hotmail.com

peelo poder temporal. Para esta tarefa, debateremos principalmente dois de seus escritos, *De Monarchia* e *Divina Comédia*. A primeira obra consiste num tratado político que, como veremos mais tarde, se divide em três partes. Nesse tratado, Dante expôs sua concepção de Império e conseqüentemente sua necessidade para a Cristandade (LEDDA, 2017, p. 640).

Na segunda obra, o florentino trabalhou com a temática do Além-túmulo na forma de poesia. Ao escrito intitulado originalmente de *Commedia* (como chamaremos ao longo deste trabalho) foi acrescentado o adjetivo “*Divina*”, por Giovanni Boccaccio (1313-1375), também poeta florentino escritor do *Decameron* (1348-1353). Na *Commedia* a política se faz presente, por meio de personagens, símbolos e sobretudo diálogos estabelecidos entre Dante personagem (fictício) e as figuras que o mesmo encontra durante sua peregrinação no Além.

1- Dante Alighieri e a política

Dante Alighieri é conhecido pela sua atividade literária, destaca-se a própria *Commedia* e suas descrições dos espaços espirituais como Inferno, Purgatório e Paraíso, além de escritos como *Vita Nuova* (1293-1295), *Convívio* (1303-1308) e *De Vulgari Eloquentia* (1302-1305). Contudo, Dante também foi um político em vida, tendo desempenhado cargos na comuna de Florença e exercido uma animosa militância em prol de uma maior delimitação dos poderes espirituais e temporais.

Conforme explica Hilário Franco Júnior (2000), o primeiro contato de Dante com a política teria ocorrido por meio de sua participação no exército revolucionário que em 1292 derrubou o governo florentino comandado pelos magnatas, excluindo assim os membros da nobreza da função de cargos públicos e da vida política no ano seguinte (FRANCO JÚNIOR, 2000, p. 30-31).

Apesar deste episódio, Dante adentrou a vida pública de fato somente em meados de 1295. Na época, o sistema político de Florença era o Regime do Povo, uma espécie de governo em que a população produtiva da cidade possuía direitos de participar e exercer cargos políticos. Para se tornar passível de eleição para cargo público, Dante se associou à corporação dos Boticários, que incluía médicos e farmacêuticos. O poeta não exercia nenhuma destas funções, contudo a corporação era simpática com literatos, e registou Dante como “poeta florentino” (BARBERO, 2021, p. 120; LEWIS, 2000, p. 82-83).

Segundo Alessandro Barbero (2021), Dante Alighieri teria entrado para a vida política antes de 1295, contudo os documentos que comprovam sua atividade pública só preservaram o seu exercício entre os anos de 1295 a 1301. A partir de 1295, Dante fazia parte dos trezentos membros do Conselho Geral da Cidade, sendo nomeado para integrar o chamado Conselho Especial do Capitão do Povo entre 1 de novembro de 1295 a 30 de abril de 1296 (BARBERO, 2021, p. 129-130).

Dante Alighieri foi reconhecido por ser um orador eloquente e persuasivo. Em termos de importância da vida política em Florença, a atividade do poeta teria culminado quando foi eleito um dos seis priores da cidade, ocupando o cargo entre 15 de junho a 15 de agosto de 1300 (REYNOLDS, 2011, p. 64).

Após o término do mandato de Dante como prior, o florentino foi chamado diversas vezes para servir a comuna de Florença. No ano de 1301, por exemplo, participou de um debate e negou o pedido do papa Bonifácio VIII (1230-1303) que havia requerido a força militar de Florença para combater inimigos pessoais (REYNOLDS, 2011, p. 65).

O papa Bonifácio VIII suspeitando que os *guelfos brancos*, partido ao qual Dante fazia parte, tinham ambições anti-papais, resolveu apoiar

os *guelfos negros* em possíveis conflitos. Em outubro de 1301, as conspirações para tomar Florença foram mobilizadas pelos *negros*, o que fez alguns representantes da facção oposta viajarem até o encontro do papa numa missão diplomática, dentre os representantes estava Dante (REYNOLDS, 2011, p. 72-73).

Em novembro daquele mesmo ano, Carlos de Valois (1270-1325), chegou na cidade de Florença com um falso papel de pacificador dos conflitos entre as facções, após três dias na cidade, Carlos recebeu a ajuda de Corso Donati (1250-1308) que chegou na cidade com *guelfos negros* do exílio, os dois deram um golpe de Estado na cidade, pilhando, matando e queimando a casa da facção dos *brancos*. Ainda nesse mês, novos priores foram eleitos, todos do partido dos *negros*, e emitiram sentenças de banimento, dentre os nomes estava o de Dante Alighieri (REYNOLDS, 2011, p. 73-74). Dante nunca mais voltou à Florença, morrendo em 1321 na cidade de Ravena em decorrência de malária aos cinquenta e seis anos (LEWIS, 2002, p. 204).

2 - De Monachia: Henrique VII e a necessidade do Império Cristão

Após Dante ter sido exilado de Florença, o poeta escreveu duas obras políticas, a primeira está diretamente ligada com sua posição política em favor do Império Ideal, a obra *De Monarchia*. A segunda, *Commedia*, trata de temas diversos, contudo, retoma muito dos argumentos em favor do Império desenvolvidos na primeira obra citada.

A data de escrita de *De Monarchia*, assim como outras obras de Dante Alighieri, permanece sendo fonte de discussão até hoje, este tratado político pode ter sido escrito algum momento que varia entre 1310 a 1318, no entanto, existem alguns estudiosos que trabalham com datas mais recuadas e também posteriores a este período. Apesar de certa imprecisão, é unânime a ideia de que tal obra foi produzida após o exílio político do florentino.

Segundo Richard Lewis, *De Monarchia* começou a ser escrita por Dante em 1308, quando Henrique VII, de Luxemburgo (1275-1313) ainda não era imperador, no entanto, já detinha um favoritismo entre os barões e aristocratas germânicos para tal posição. Apesar disso, a obra de Dante não se trata de apenas um ensaio que visava agregar na política de Henrique VII, para além dos eventos imediatos vividos pelo autor florentino, seu tratado buscou falar sobre as condições políticas e defender a primazia do imperador nos assuntos temporais da Cristandade (LEWIS, 2002, p. 140-141).

Hilário Franco Júnior recua ainda mais a data de composição da obra, situando-a entre os anos de 1304 a 1308, para ele, Dante não somente se baseou na política de Henrique VII para escrever seu tratado como também teve inspiração no conflito de Bonifácio VIII e Filipe IV da França (1268-1314). O medievalista brasileiro argumenta que Dante partiu do princípio aristotélico de Estado para formular suas ideias em prol de uma “monarquia universal”. Utilizando Aristóteles, o florentino escreveu que o homem precisava viver no Estado para desenvolver suas faculdades, no entanto, a instabilidade entre os diversos Estados causava o infortúnio do desenvolvimento da “felicidade” do homem, logo necessitava-se de um Estado com uma única direção. Para Dante o papel de direção cabia aos imperadores romanos, que já haviam unificado o governo quando Cristo desceu a terra, por meio disso eles conseguiram “harmonizar” o Cristianismo (FRANCO JÚNIOR, 2000, p. 39-40).

Outro tratado político que também teve sua produção influenciada pela disputa de poderes de Bonifácio VIII e o rei da França, Filipe IV, o Belo, foi o intitulado *De régia potestate et papali* (1302-1303) de João Quidort (1255-1306). Tomando proposições aristotélicas, Quidort fundamentou a autonomia da ordem política em relação ao poder

eclesiástico, garantindo que ambos poderes tinham origem em Deus. Jürgen Miethke (1993) argumenta que tal afirmação teve consequências amplas, já que ao estabelecer uma mesma origem de poderes, cada instituição podia se organizar com estruturas próprias e distintas umas das outras. Para João Quidort era natural que o homem buscasse uma organização política pois era um animal social, por fim, o autor medieval refletiu que em termos históricos o *regnum* era mais antigo que o *sacerdotium*. Segundo Miethke tal tratado não tinha como objetivo tomar partido do reino francês, ele representava mais uma resposta teórica e pessoal de Quidort a um problema vigente, contudo, o escrito deste autor funcionou como fonte de inspiração para outros escritores do mesmo período (MIETHKE, 1993, p. 116-118).

Depois das disputas entre Bonifácio VIII e Filipe IV, os sucessores do rei francês em questão conseguiram manter uma relação de “paz” com o papado, no entanto, os conflitos teóricos entre a cúria papal e os governantes temporais voltaram a surgir quando o imperador Henrique VII marchou em direção a Roma com o intuito de restabelecer o poder imperial na Península Itálica. Certamente, como já comentamos, a figura de Henrique VII influenciou a escrita de *De Monarchia*, é provável também que Dante tenha tido contato com a obra política de João Quidort, que assim como ele, defendia uma maior delimitação dos poderes leigos e eclesiásticos (MIETHKE, 1993, p. 140-141).

Sem os papas na Península Itálica, devido ao período do papado de Avignon (1309-1377), Henrique VII resolveu ir à Roma, isso causou uma comoção em Dante que acabou vendo nele uma figura que poderia sanar os problemas políticos de Florença e os dele próprio (FRANCO JÚNIOR, 2000, p. 40-41). O autor da *Commedia* chegou a escrever uma carta para Henrique VII no ano de 1311 o incitando a atacar Florença,

que segundo ele, era um empecilho ao poder imperial e inimiga do monarca germânico (LEWIS, 2002, p. 139).

Apesar disso, a campanha de Henrique VII para obter o controle da Península e instalar uma suposta “paz” vista por Dante, não foi muito bem-sucedida, como escreve Miethke: “*La misión de paz de Enrique [...] se convirtió rápidamente en una fiel réplica de las campañas bélicas de Federico II en el norte de Italia*” (MIETHKE, 1993, p. 134).

No ano de 1313 Henrique se dirigiu a região da Toscana, ao que parecia ser uma preparação para atacar Florença, no entanto, nada aconteceu, depois de um tempo ele recuou seu exército para a cidade de Pisa indo posteriormente para Siena, onde acabou contraindo malária, vindo a morrer em agosto daquele mesmo ano (LEWIS, 2002, p. 140).

Segundo Barbara Reynolds (2011), a morte de Henrique VII abalou profundamente as esperanças de Dante de voltar do seu exílio político à sua cidade natal, a autora escreve o seguinte sobre os planos de Henrique:

Fez-se saber que sua intenção era reconciliar os partidos conflitantes e decretar o retorno dos exilados políticos para suas cidades de origem. Havia uma tradição que dizia que ele não permitiria que as palavras *guelfo* e *gibelino* fossem pronunciadas em sua presença (REYNOLDS, 2011, p. 332).

Hilário Franco Júnior é sintetizador ao afirmar que: “A morte de Henrique VII em 1313 deixou Dante desiludido com a política, e assim vagando de cidade em cidade nos domínios gibelinos, ele dedicou-se até o fim da vida à elaboração da *Comédia*” (FRANCO JÚNIOR, 2000, p. 45).

De *Monarchia* de Dante, assim como a *Commedia*, apresenta princípios escolásticos em sua elaboração e estruturas. Seguindo as

considerações de Miethke podemos dizer que *De Monarchia* se divide em três problemas; o primeiro reflete sobre a necessidade ou não de um imperador universal para a condução do bem-estar do mundo; o segundo procura debater o caráter legítimo do império romano; por fim, o terceiro problema pondera se a autoridade do poder universal romano depende da Igreja ou de seu representante (imperador), neste mesmo momento Dante questiona se tal autoridade é dada pela Igreja (MIETHKE, 1993, p. 141).

Walter Ullmann (1999) chama a atenção para outro problema, o autor questiona se a concepção de Dante de uma monarquia universal era idêntica ou não ao governo tradicional dos imperadores romano-germânicos. Para o poeta florentino, a monarquia universal mais que um governo qualquer, devia ser uma instituição com poder coercitivo, que se situaria por cima e, ao mesmo tempo, a margem dos outros governantes temporais, que seriam os governados (ULLMANN, 1999, p. 182).

“Embora o *De Monarchia* do Florentino defenda a existência do império universal como poder soberano, ainda admite a necessidade do poder eclesiástico⁵⁹” (STREFLING, 2016, p. 91). Strefling (2016) explica que a superioridade do império em relação a Igreja no tratado de Dante se limita a autoridade e obediência, desse modo, não pode ser subordinado nos assuntos temporais. No entanto, Dante estabelece uma concórdia entre os dois poderes, pois para a humanidade alcançar uma

⁵⁹ Certamente Marsílio de Pádua foi muito mais duro com o clero, em *Defensor Pacis* (*O Defensor da Paz*) publicado em 1324, o escritor afirmou que a sociedade civil necessitava das leis humanas e divinas, no entanto, distinguiu as duas. Para ele, a lei divina era um conjunto de elementos que serviam para orientar as pessoas a conseguirem desfrutar da vida eterna. Apesar disso, tais leis não poderiam ter o caráter coercitivo para o cidadão no mundo. Para Marsílio o Estado estava completamente desvinculado de qualquer conjectura teológica, por ser uma obra humana com objetivos humanos. Por fim, o escritor medieval afirmou em sua obra que, o clero era somente mais um grupo social, igual a outros grupos e, portanto, sujeito ao poder temporal (STREFLING, 2016, p. 98-101).

felicidade mortal (em vida) necessitava da ordenação de uma felicidade imortal. Desse modo, César, ou o imperador estava sujeito ao papa, pois especificamente na ordem da graça, que é diferente da esfera temporal, o imperador devia receber as dádivas da intervenção espiritual (STREFLING, 2016, p. 91-92).

“A *Monarchia* não é, portanto, outra coisa senão uma tentativa de se encontrar a paz em um mundo tomado pela discórdia e pela intriga em torno do poder” (SALGADO; FEITAL, 2011, p. 68). Isso pode ser entendido, pelo contexto da Península Itálica, as comunas, facções políticas e a disputa do Império e papado, contribuíram para as várias discórdias e batalhas em Florença e outras regiões.

Moisés Tôrres (2009) nos informa que Dante Alighieri começou a esboçar sua ética de governo ainda na sua obra *Convívio*, elaborando um estado de perfeição e nobreza. Para o florentino a verdadeira nobreza não provém do sangue, mas sim de um estado de elevação intelectual que algumas pessoas podiam atingir. Assim, a nobreza se manifestava em espaços que estavam relacionados com a arte, poesia ao pensamento etc. Dante acreditava que para a nobreza (grupo) atingir de fato uma nobreza real (estado), as pessoas deviam serem educadas (TÔRRES, 2009).

O autor florentino buscou instigar uma vida aristocrática para conduzir as comunas a um estado de mais alta “humanidade”, evidentemente que uma vida aristocrática, não se baseava em posses e riquezas, mas em um estado de espírito voltado à educação e aprendizado (TÔRRES, 2009, p. 231). “Assim se busca, se persegue a educação de uma alma privilegiada, cujo esforço tende a nela realizar a verdadeira nobreza humana” (TÔRRES, 2009, p. 235).

Como já comentamos, *De Monarchia* se divide em três partes, que, na verdade, são três problemas que Dante buscou dar respostas, a última

parte, que estabelece uma questão acerca da autoridade do poder espiritual nos parece interessante. O florentino chega à conclusão de que o poder imperial não deriva do espiritual, na verdade, Dante se aproxima da modernidade ao reconhecer que os dois poderes, laico e eclesiástico, se relacionam por uma causa de obrigação e não de sujeição. Pois, os dois são necessários para o corpo da Cristandade, os únicos que podem conduzir a humanidade à felicidade plena (SALGADO; FEITAL, 2011, p. 70-71).

Neste escrito político de Dante, o autor medieval realizou severas críticas a chamada *Doação de Constantino*⁶⁰ e a *teoria das Duas Espadas*, argumentando que a usurpação do direito imperial, não constituía para a Igreja um direito temporal (ULLMANN, 1999, p. 184). Por esse motivo e outros que elencamos, *De Monarchia* foi alvo de perseguição e críticas por parte do clero, em 1320, por exemplo, um membro dos dominicanos, Guido Vernani (1290-1345) buscou refutar o texto de Dante e seus argumentos (MIETHKE, 1993, p. 145).

3 – *Commedia*: a continuidade do Império e a confusão dos poderes

Feita as considerações políticas de Dante em *De Monarchia*, passaremos agora para *Commedia*, que também demonstra vários discursos e elementos políticos a favor do poder temporal em sua narrativa. Devemos pontuar aqui, que devido a limitação do espaço,

⁶⁰ A *Carta de doação de Constantino* foi um documento elaborado no papado de Adriano I (700-795), a fim de representar um documento antigo que atestava a doação do imperador Constantino de terras centrais da Itália ao papa Silvestre (310-335). A carta é dividida em duas partes, *Confessio* e *Donatio*, a primeira parte conta que Constantino foi curado de uma lepra graças aos conselhos do papa Silvestre. A segunda parte afirma a concessão de Constantino ao papa e seus sucessores uma série de privilégios, um desses privilégios era o domínio do império do Ocidente, que a partir de então era de posse do papado. O documento serviu como um legitimador do poder da Igreja até a primeira metade do século XV, quando Nicolau de Pisa concluiu que na realidade tratava-se de uma falsificação (STREFLING, 2016, p. 39-40).

daremos ênfase a pontos específicos do Inferno, Purgatório e Paraíso, não pretendendo alcançar todas as discussões apresentadas por Dante.

Para Camilla Giunti (2017) a poesia política no medievo é um texto que nasce em ocasiões de uma data ou evento contingente, ou seja, de forma imprevisível e acidental, por esse motivo, geralmente estes escritos são fortemente ligados a atualidade de seus redatores (GIUNTI, 2017, p. 626). A *Commedia* de Dante segue esses passos, pois nasceu de um evento imprevisível para o autor, seu exílio político em novembro de 1301 e acabou sendo reforçada pela prematura morte de Henrique VII em 1313.

Seguindo ainda o pensamento de Giunti, a poesia política no medievo, pode às vezes enaltecer a figura de um mecenas, incentivar uma ação bélica contra seus adversários, ou mesmo lamentar uma situação como a morte de um guerreiro nobre (GIUNTI, 2017, p. 626). A *Commedia* de Dante adota todos esses elementos, destacasse o enaltecimento de Cangrande della Scalla⁶¹ (1291-1329), o mecenas de Dante Alighieri, ou seja, o senhor rico que ofereceu proteção ao poeta durante seu exílio político na cidade de Verona.

Durante a peregrinação de Dante personagem no Inferno, os símbolos que corroboram a ideia de uma monarquia universal apresentada em seu escrito anterior, também são desenvolvidos neste espaço do Além, o primeiro símbolo pode ser identificado pela figura de seu guia, Virgílio. Como reflete Erich Auerbach (2012) a presença de Virgílio como guia de Dante personagem no Além, representa uma continuidade do Império romano no Medievo (AUERBACH, 2012, p. 99).

⁶¹ O clã della Scalla foi uma importante família do norte da Itália, especificamente da cidade de Verona. Cangrande della Scalla utilizou sua corte como lugar de proteção para gibelinos exilados e um refúgio para intelectuais e artistas (LOYN, 1990, p. 116).

Como explica Auerbach, Virgílio foi o poeta que modificou a imagem de Roma, transformou os limites patrióticos, que se relacionavam somente com a cidade-Estado e remetia as virtudes dos camponeses itálicos para um sentido de missão universal. Através da ligação de passado e presente político com os mitos antigos gregos⁶². Virgílio realinhou o curso da História de Roma inserindo o Império em uma providência divina, que culminou na *pax romana* sob o domínio de César (AUERBACH, 2012, p. 99).

Não podemos deixar de elencarmos que Virgílio se tornou um poeta “popular” e lendário durante o Medievo⁶³, afinal, os versos da IV *Écloga* foram interpretados alegoricamente por pensadores desde Antiguidade Tardia, que viram neles a profecia da vinda de Cristo. Os versos em questão anunciavam uma “nova bem-aventurada idade do mundo” (AUERBACH, 2012, p. 99-100). Por fim, usando novamente as palavras de Auerbach, pode-se dizer que:

[...] Virgílio ocupa um lugar importante; como poeta do império e da missão romana, como profeta da renovação do mundo pelas mãos de Cristo, ele é o símbolo da sabedoria como vislumbre da boa ordem terrena e prenúncio da ordem celestial,

⁶² Segundo Mary Beard (2017), o mito de origem dos romanos pela história de *Rômulo e Remo* era rodeado de preocupações por parte da aristocracia romana, como argumenta a autora, o mito era responsável por refletir uma identidade. No entanto, o mito de *Rômulo e Remo* estava imbricado de elementos como fratricídio, estupros e guerras. Além disso, apesar das constantes reelaborações deste mito, persistia algo, nessa narrativa os romanos eram sempre descendentes de camponeses ou escravos fugitivos. A tentativa de dar uma resposta à origem dos romanos, dessa vez inserindo um teor divino e “enobrecendo” sua história com a do Império, veio de Virgílio e sua *Eneida*. No novo mito de origem, a real descendência dos romanos provinha de um herói troiano chamado Enéias, que fugiu da sua cidade após a guerra entre gregos e troianos. Eventos que foram narrados na *Ilíada* do poeta Homero. Enéias acabou chegando em solo italiano, onde além de fundar Roma, trouxe também suas tradições e objetos da antiga cidade troiana (BEARD, 2017). Esse novo mito apesar de também ser carregado de problemas sobre os romanos, conseguiu sanar os problemas iniciais do mito de *Rômulo e Remo*, dando um novo sentido histórico à Roma.

⁶³ Dante autor deixa isso claro ao escrever os seguintes versos: “**És tu aquele Virgílio, aquela fonte que expande do dizer tão vasto flume?**” [...] **Dá-me, meu sábio, socorro e coragem**” (ALIGHIERI, Inf. I, 79, 88) (grifos nossos). Ao usar as palavras “És tu aquele” e “meu sábio”, Dante Alighieri se relaciona de acordo com a popularidade de Virgílio, tanto na crença popular medieval quanto no ambiente acadêmico da época.

e por isso pode guiar o poeta em seu caminho de ascensão e preparação até o limiar do reino dos céus, que só a revelação e a fé podem desvelar (AUERBACH, 2012, p. 107).

A partir das considerações de Auerbach podemos refletir que Virgílio, símbolo da sabedoria humana e do Império romano, possibilitou que Dante fosse elevado até o Paraíso, através da justiça e da ordem terrena, Dante autor, nos comunica ser possível atingir a paz universal e divina. Assim, o império tem como dever cumprir uma missão divina, pois ao “salvar” Dante personagem, o retirando da selva escura do Inferno, pode também salvar qualquer um medieval.

Além da presença de Virgílio e seu simbolismo com o Império romano, Dante autor demonstra novamente a importância do Império, no nono círculo do Inferno da *Commedia*.

Neste lugar, o último círculo infernal da *Commedia*, estão aqueles que cometeram o pecado da traição. Denominado lago *Cocite*, esse espaço é subdividido em quatro categorias de traidores, a *Caina* é para aqueles que traíram a família, a *Antenora* para os traidores da pátria, na *Ptoloméia* são castigados os traidores de hóspedes e na última divisão, a *Judeca*, estão os traidores dos mestres e reis. De forma geral, todos os pecadores do lago *Cocite* ficam congelados, variando a cobertura do gelo em seus corpos de acordo onde estão nas divisões desse círculo (ALIGHIERI, Inf. XXXII-XXXIV).

Na *Judeca*, Dante Alighieri apresenta a figura de Lúcifer que está preso da cintura para baixo pelo gelo do lago *Cocite*, na verdade, o bater de suas grandes asas provocou o congelamento deste lugar (ALIGHIERI, Inf. XXXIV, 46-52). Lúcifer é representado com três rostos, cada um possuindo uma boca, em todas as bocas o rei do inferno mastigava um pecador, como está escrito no poema:

“Quell' anima là sú c'há maggior pena”, disse 'l maestro, “è Giuda Scariotto, che 'l capo há dentro e fuor le gambe mena. De li altri due c'hanno il capo di sotto, quel che pende dal nero ceffo è Brutto: vedi come si storce, e non fa motto!; e l'altro è Cassio, che par sí membruto. Ma la notte risurge, e oramai è da partir, ché tutto avem veduto”⁶⁴ (ALIGHIERI, Inf. XXXIV, 61, 64, 67).

Apesar de Lúcifer abocanhar as almas de diferentes formas, pois Judas está apenas com os pés para fora, enquanto Bruto e Cássio são mordidos pelos pés e mantêm seus rostos expostos, todos eles participam do mesmo castigo. Sobre isso, Barbara Reynolds escreve que, aos ouvintes e leitores da época, a presença de Judas na boca de Lúcifer não necessitava de nenhuma explicação, já que o próprio traiu Jesus Cristo. No entanto, as figuras de Bruto e Cássio, podem ter causado uma certa estranheza. Como já dito, o Império era considerado por Dante uma instituição sacra, logo pode se verificar sua tamanha importância para o autor da *Commedia*, ao colocar os traidores de Júlio César no mesmo patamar do traidor de Jesus Cristo (REYNOLDS, 2011, p. 326).

No livro *Purgatório*, Dante Alighieri valoriza novamente o Império, no entanto, nos trechos que destacaremos o autor florentino fortalece a causa imperial nas suas pretensões universais através de duas críticas à Igreja católica. A primeira crítica Dante direciona à excomunhão, a questionando como prática que impossibilitava realmente a salvação da alma (ALIGHIERI, Purg. III). Na segunda crítica o autor medieval, sinaliza o erro que é confundir as esferas de poder, temporal e espiritual causada pela Igreja de sua época (ALIGHIERI, Purg. XVI).

O tema acerca da excomunhão se desenrola quando Dante Peregrino se encontra com a alma de Manfredo da Sicília (1232-1266),

⁶⁴ “‘Esse, que sofre aí pena dobrada, é Judas Iscariote’, disse o guia, ‘co’ as pernas fora e a cabeça abocada. Dos outros dois, o que a cabeça arria da bocarra da cara preta é Bruto, que se contorce e cala todavia; Cássio é o outro, de corpo tão hirsuto. Mas, partamos, que a noite ressurgiu e o que havíamos de ver já é resoluto”.

filho de Frederico II do Sacro Império (1194-1250), no ante-Purgatório. Sabe-se que Manfredo morreu na chamada *batalha de Benevento* (1266), um ano depois de Dante Alighieri nascer. Manfredo fala à Dante personagem: “*Orribil furon li peccati miei; ma la bontà infinita ha sí gran braccia, che prende ciò che si rivolge a lei*”⁶⁵ (ALIGHIERI, Purg. III, 121).

Nesse mesmo diálogo, Manfredo conta que se arrependeu de seus pecados antes da morte, por meio disso conseguiu chegar ao Purgatório para se limpar de seus pecados, desse modo a excomunhão não se tornou um impedimento para a sua salvação: “*Per lor maladizion sí non si perde, che non possa tomar l'eterno amore, mentre che la speranza ha fior del verde*”⁶⁶ (ALIGHIERI, Purg. III, 133).

A presença de Manfredo em um lugar intermediário, que permite apenas a ascensão ao Paraíso, significa que Dante poeta não somente ignorou a excomunhão do monarca por parte da Igreja como também a retirou, pelo menos parcialmente⁶⁷, da intermediação do homem e

⁶⁵ “*Certo, grandes pecados cometi, mas da excelsa Mercê o piedoso braço sempre recolhe o arrependido a si*”.

⁶⁶ “*Nem por tal maldição tanto se perde que a Eterna Compaixão negada esteja enquanto ainda restar um fio verde*” (grifo nosso). A palavra “*maldição*” nesse caso, substitui a palavra “*excomunhão*”. Segundo Hilário Franco Júnior (2006) a palavra *excomunhão*, vinda do latim *ex* (fora) e *communicare* (ter em comum) era algumas vezes substituída por outra palavra de origem grega “*anátema*” (objeto maldito) (FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 182). A edição que estamos trabalhando da *Commedia*, prefere manter *maldição* em seu texto, no entanto, outras edições em português como da *Nova Fronteira* utiliza a palavra *anátema* nesse mesmo trecho: “[...] *Más anátema tanto alma não perde*” (ALIGHIERI, Purg. III, 132). Por fim, a edição em prosa da *L&PM Pocket*, utiliza a palavra *excomunhão*: “*A excomunhão não faz perder a alma*” (ALIGHIERI, 2019, p. 165). Apesar das variações de palavras, o sentido é o mesmo, a excomunhão por parte da Igreja, para Dante autor, não determina a danação da alma ao morrer. Sobre isso consultar: ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia: Purgatório*. [Ilustração Gustave Doré]. 12. Ed. Rio de Janeiro: **Nova Fronteira**, 2017. E também: ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*. Porto Alegre, RS: **L&PM**, 2019.

⁶⁷ Ainda que Manfredo tenha se salvado apenas pelo seu arrependimento, é dito na *Commedia* que ele ainda necessitava da intercessão e das orações dos homens na terra para que a sua estadia no Purgatório fosse agilizada (ALIGHIERI, Purg. III, 136, 139).

Deus no processo de salvação. Já que Manfredo se livrou do Inferno somente através do próprio arrependimento antes de morrer.

Sobre a intromissão de um poder no outro, Dante utiliza a figura de Marco, o lombardo, a fim de criticar essa prática pela Igreja. Marco pertence à terceira cornija do Purgatório, a dos iracundos. Como narrava o poema, quando Dante personagem, com Virgílio, atravessa uma fumaça bastante espessa, ouve a voz de Marco que identifica que Dante ainda estava vivo (ALIGHIERI, Purg. XVI, 25).

Marco explica ao poeta itinerante sua condição de pecador e que estava ali purgando suas falhas, depois emplaca com Dante um diálogo acerca do mal que acometeu o mundo, condenando a Igreja católica pelas pretensões políticas:

*Soleva Roma, che 'l buon mondo feo, due soli aver, che l'una e l'altra strada facean vedere, e del mondo e di Deo. L'um l'altro ha spento; ed è giunta la spada col pasturale, e l'um con l'altro insieme per viva forza mal convien che vada*⁶⁸ (ALIGHIERI, Purg. XVI, 106, 109).

Dante crítica nesse momento o papado que por meio do báculo (poder espiritual) apagou a força da espada (poder temporal), unindo os dois em uma só esfera de poder, diferente de Roma que no seu império através dos dois poderes, Deus e o Mundo, mostrava o caminho correto. O poeta conclui escrevendo que: “*Dí oggmai che la Chies adi Roma, per confondere in sé due reggimenti, cade nel fango, e sé brutta e la soma*”⁶⁹ (ALIGHIERI, Purg. XVI, 127).

Pode-se entender que para Dante autor a Igreja por confundir as duas esferas de poder em torno dela própria, acabou por cair em

⁶⁸ “Roma, que seu Império fez jucundo, tinha dois sóis, que uma e outra estrada mostravam, a de Deus e a do mundo. Um o outro apagou; juntou-se a espada ao báculo, e por certo não adianta a nenhuma a outra força acrescentada”.

⁶⁹ “Pois, a Igreja de Roma que planeia ter em si dois poderes confundidos, cai na lama e conspurca a si e à sua preia”.

pecado, e se tornou uma instituição demasiada em suas ações, contaminando não somente a si como também os poderes que ela, segundo Dante, usurpou. Relaciona-se com esse momento da *Commedia* a já debatida *De Monarchia*, portanto, não é estranho que o florentino retome o debate acerca da separação entre os dois poderes.

Finalmente no *Paraíso*, é onde Dante poeta desenvolve mais argumentos favoráveis ao Império e, ao mesmo tempo, tece críticas ao papado de sua época. Neste último momento do poema, é a partir da esfera de Mercúrio que Dante poeta começa a desenvolver suas ideias a favor do Império romano, ou Universal.

Quando Dante personagem encontra com o imperador bizantino Justiniano I (482-565), além de ressaltar o trabalho de compilação das antigas leis romanas, o imperador também critica duramente os *Guelfos* e *Gibelinos* na terra que não respeitam o caráter sacro do Império:

*L'uno al pubblico segno i gigli gialli oppone, e l'altro apropria quello a parte, sí ch'è forte a veder chi piú si falli. Faccian li Ghibellin, faccian lor arte sott'altro segno, ché mal segue quello sempre chi la giustizia e lui diparte. E non l'abbatta esto Carlo novelo coi Guelfi suoi; ma tema de li artigli ch' a piú alto leon trasser lo vello*⁷⁰ (ALIGHIERI, *Pard.* VI, 100, 103, 106).

Nesse trecho Justiniano critica os guelfos por se apropriarem dos lírios-amarelos, nesse caso símbolo da monarquia francesa. Aos gibelinos, Justiniano os repreende por utilizarem a águia romana como símbolo do seu partido (MAURO, 2019, p. 49). “Dante tinha uma crença indissolúvel na redenção e na ordenação divina do Império Romano. Separá-las, em sua opinião, seria uma heresia. Ambas eram manifestações da justiça de Deus” (REYNOLDS, 2011, p. 482). Nos últimos versos, quando Justiniano cita

⁷⁰ “Um à pública insígnia os amarelos lírios opõe, e outro o apropria à sua parte; assim que é mui difícil elegê-los. Façam os gibelinos a sua arte sob outro signo, que erra quem aquele, ao pretende-lo, do justo desparte. E que esse novel Carlos se acautele com os seus Guelfos, e que tema a presa na qual maior leão perdeu a pele”.

Carlos I, de Anjou, da França (1226?-1285), fala ao monarca francês não tentar atacar novamente a águia romana, pois o império bizantino já havia derrotado "leões" mais fortes.

Cécile Morrison (2009) afirma que Carlos I possuía um projeto anti-bizantino que foi impedido pelo Concílio de Lyon de 1274 que acabou por promover novamente a união da Igreja Católica do Ocidente com o clero grego do Oriente, pelo menos nessa ocasião momentânea. No entanto, passado algum tempo, Carlos foi favorecido pelos barões para atingir suas ambições de controlar todo o Mediterrâneo, acabou que as chamadas *Vésperas Sicilianas*⁷¹ impediram outra vez os planos do líder da dinastia Angevina (MORRISON, 2009, p. 82).

Na terceira esfera do Paraíso, o céu de Vênus, Dante personagem conversa com Folco de Marselha (1155-1231) que denuncia o estado pecaminoso da Igreja (ALIGHIERI, *Pard.* IX). Folco profere as seguintes palavras:

*La tua città, che di colui è pianta che pria volse le spalle al suo
fattore e di cui è la 'nvidia tanto pianta, produce e spande il
maladetto fiore c'há disviate le pecore e li agni, però che fatto
ha lupo del pastore. Per questo l'Evangelio e i dottor magni son
derelitti, e solo ai Decretali si studia, sí che pare a'lor vivagni. A
questo intende il papa e' cardinali; non vanno i lor pensieri a
Nazarette, là dove Gabriello aperse l'ali. Ma Vaticano e l'altre
parti elette di Roma che son state cimitero a la milizia che Pietro
seguette, tosto libere fien de l'avoltero⁷² (ALIGHIERI, *Pard.* IX, 127-
142).*

⁷¹ Ocasionada pela impopularidade do governo de Carlos I, as *Vésperas Sicilianas* foram um conjunto de revoltas ocorridas inicialmente em 1282 que acabou por expulsar o monarca angevino em 1284 de seu próprio reino (LOYN, 1990, p. 71).

⁷² "A tua cidade, que daquele é planta que rebelou-se contra o seu feitor, e cuja inveja mágoa causou tanta, produz e expande essa maldita flor que subverteu do rebanho os valores, por ter tornado lobo o seu pastor. Por isso é que o Evangelho e os grãos doutores são permutados pelas Decretais, cujas margens revelam seus favores. Disso cuidam o papa e os cardeais: não vão a Nazaré seus pensamentos onde o Arcanjo abriu as asas divinais. Mas Vaticano e outros lugares bentos de Roma: da milícia cemitério que seguiu Pedro em todos os momentos livres logo serão desse adultério".

Nos primeiros versos do canto destacado, Folco se refere a Florença, que nas convicções de Dante Alighieri havia dado as costas ao criador, cultivando e difundindo inveja e intrigas entre as pessoas. O trecho “*produce e spande il maladetto fiore*”, refere-se a moeda de Florença, o florim que também era chama de *fiorino d'oro*, esse nome era derivado da Flor de Lís, representado nas armas de Florença (DE PAULA, 1964, p. 287). No restante dos versos destacados, Dante critica o enriquecimento da Igreja, dizendo que o pensamento do papa e dos cardeais não eram mais direcionados a Cristo, e sim ao lucro. Por meio dos Decretais (livros de consulta dos direitos da Igreja), os membros eclesiásticos consultavam seus ganhos materiais e não mais espirituais (MAURO, 2019, p. 69).

É interessante notarmos que o *Paraíso* de Dante está repleto de líderes leigos que são apresentados como “modelos ideais” a serem seguidos. Só neste último espaço do Além dantesco, são vistos imperadores como Constantino I (272-337), Trajano (53-117), Justiniano I, Carlos Magno (742-814) e Henrique VII, entre outros.

Conclusão

Através dos escritos dantescos, *De Monarchia* e *Commedia*, o poeta exilado comunicou suas ideias políticas em um contexto de infortúnio da sua vida. As duas obras citadas nasceram de momentos inesperados para Dante, seja seu exílio de Florença ou a morte do imperador Henrique VII. Apesar das intempéries que foram alguns eventos durante a vida do florentino, o mesmo conseguiu desenvolver uma militância em prol de um Império Cristão Ideal, que começa em *De Monarchia* e é retomada na *Commedia*.

Em *De Monarchia*, Dante Alighieri se esforçou para demonstrar a necessidade e legitimidade do Império em governar a Cristandade, limitando sua atuação à esfera temporal da sociedade. Sobretudo na

terceira parte deste tratado político, Dante defende a tese de que o Imperador herda seu poder diretamente de Deus, contudo, deve obediência a Igreja se tratando de assuntos espirituais.

Na *Commedia*, Dante autor dá continuidade a necessidade do Império Romano na Cristandade, como Estado ideal, através da figura de Virgílio, autor da *Eneida* e “poeta do Império”. Nesse sentido, foi Virgílio (Roma) que guiou Dante personagem (humanidade) até o Paraíso, ou seja, ao estado perfeito do homem.

Ao que parece, o autor toscano endureceu suas críticas à Igreja Católica e ao papado na narrativa da *Commedia*, excluindo parte do intermédio desta instituição na salvação do homem, como exemplificado pela rejeição da excomunhão como elemento determinante de danação. Para além disso, Dante novamente trabalhou com a problemática da relação Igreja e Império por meio da confusão de poderes que, segundo ele, a primeira instituição causava. Por fim, o destaque a várias figuras de governantes seculares transmite aos leitores e ouvintes do poema a ideia de que a justiça não se limitava ao meio eclesiástico, sendo desempenhada também pelo poder leigo, apto para governar e direcionar o meio social cristão.

REFERÊNCIAS:

Fonte primária

ALIGHIERI, Dante, 1265-1321. *A Divina Comédia*. Edição bilíngue. São Paulo: **Editora 34**, 2019 (5ª Edição).

Estudos

AUERBACH, Erich. *Ensaio de literatura ocidental: filologia e crítica*. São Paulo: Duas Cidades; **Editora 34**, 2012.

BARBERO, Alessandro. *Dante: a biografia*. 1ª ed. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2021.

BEARD, Mary. *SPQR: uma história da Roma Antiga*. São Paulo: **Planeta**, 2017.

DE PAULA, Eurípedes Simões. Alguns aspectos da economia medieval do Ocidente. **REVISTA DA USP**, v. 29 n. 60 (1964). p. 275-290.

GIUNTI, Camilla. "Poesia e política". In: ECO, Umberto (org.). *Idade Média: Castelos, mercadores e poetas. Introdução à Idade Média*. 2ª. ed. Lisboa: **Publicações Dom Quixote**: Milão, 2017, p. 625-628.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média, nascimento do Ocidente*. São Paulo: **Brasiliense**, 2006.

_____. *Dante Alighieri: O Poeta do Absoluto*. Cotia: **Ateliê**, 2000.

LEDDA, Giuseppe. "Dante Alighieri". In: ECO, Umberto (org.). *Idade Média: Castelos, mercadores e poetas. Introdução à Idade Média*. 2ª. ed. Lisboa: **Publicações Dom Quixote**: Milão, 2017, p. 632-645.

LEWIS, R. W. B. *Dante*. Rio de Janeiro: **Objetiva**, 2002.

LOYN, H.R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: **Jorge Zahar Editor**, 1990.

MAURO, Italo. Tradução e notas. In: ALIGHIERI, Dante, 1265-1321. *A Divina Comédia*. Edição bilíngue. São Paulo: Editora 34, 2019 (5ª Edição).

MIETHKE, Jürgen. *Las ideas políticas de la Edad Media*. Buenos Aires: **Editorial Biblos**, 1993.

MORRISON, Cécile. *Cruzadas*. Porto Alegre: **L&PM Pocket**, 2009.

REYNOLDS, Barbara. *Dante*. Rio de Janeiro: **Record**, 2011.

SALGADO, Karine; FEITAL, Thiago Álvares. Entre a cruz e a espada: as contribuições de Dante Alighieri para a ideia de uma monarquia universal. **MERITUM** (FUMEC), v. 07, p. 55-80, 2012.

STREFLING, Sérgio Ricardo. *A filosofia política na Idade Média*. Pelotas: **NEPFIL online**, 2016.

TÔRRES, Moisés Romanazzi. Aristocracia e Nobreza em Dante Alighieri. **Mirabilia** (Vitória. Online), v. 09, p. 229-248, 2009.

ULLMANN, Walter. *Historia del pensamiento político en la Edad Media*. Barcelona: **Editorial Ariel, S. A. Córcega**, 1999.